

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Medicina

Especialização em Saúde do Adolescente

Gabriela Antunes Ferreira

**PROJOVEM ADOLESCENTE:  
da experiência coletiva ao singular de cada caso**

Belo Horizonte

2021

Gabriela Antunes Ferreira

**PROJOVEM ADOLESCENTE:  
da experiência coletiva ao singular de cada caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista em Saúde do Adolescente.

Orientadora: Ana Maria Costa da Silva Lopes

Belo Horizonte

2021

F383p Ferreira, Gabriela Antunes.  
Projovem adolescente [recurso eletrônico]: da experiência coletiva ao singular de cada caso. / Gabriela Antunes Ferreira. - - Belo Horizonte: 2021. 24f.: il.

Formato: PDF.

Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Ana Maria Costa da Silva Lopes.

Área de concentração: Saúde do Adolescente.

Monografia (Especialização): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Adolescente. 2. Apoio Social. 3. Proteção Social em Saúde. 4. Inclusão Social. 5. Família. 6. Dissertações Acadêmicas. I. Lopes, Ana Maria Costa da Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: HM 741

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



## ATA DA DEFESA DA MONOGRAFIA DA ALUNA **GABRIELA ANTUNES FERREIRA**

Realizou-se, no dia 30 de agosto de 2021, às 09:00 horas, Plataforma Zoom, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de monografia, intitulada *PROJOVEM ADOLESCENTE: da experiência coletiva ao singular de cada caso*, apresentada por GABRIELA ANTUNES FERREIRA, número de registro 2019704484, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em SAÚDE DO ADOLESCENTE, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ana Maria Costa da Silva Lopes - Orientador (UFMG), Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo (UFMG), Prof(a). Alessandro Pereira dos Santos (NÃO HÁ).

A Comissão considerou a monografia:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2021.

Prof(a). Ana Maria Costa da Silva Lopes ( Doutor )

Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo ( Doutora )

Prof(a). Alessandro Pereira dos Santos ( Doutor )

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o atendimento de adolescentes no contexto da proteção social básica da política pública de Assistência Social. Inicialmente, parte-se dos documentos normativos para localizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projovem - dentro das ofertas da Assistência Social. Em seguida, baseando-se na experiência de atuação em um equipamento da Assistência Social, objetiva-se apresentar as possibilidades de considerar o singular de cada caso no atendimento de adolescentes no âmbito da proteção social básica a partir de uma oferta pela via do atendimento coletivo. É realizada também uma articulação do conceito de adolescência fundamentada na psicanálise pontuando as diferentes respostas dos sujeitos diante dos impasses da adolescência. Ao final, apresenta-se o dispositivo Janela da Escuta como ponto de pausa para que os profissionais que atuam com os adolescentes e suas famílias possam construir uma escuta além do projeto assistencial e social, tecendo com o adolescente intervenções que considerem o que há de particular em seu próprio caso.

Palavras-chave: Adolescência. Assistência Social. Projovem. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

## **ABSTRACT**

This article aims to reflect on the care of adolescents in the context of basic social protection of the Social Assistance public policy. Initially, the normative documents are used to locate the Service for Coexistence and Strengthening Links – “Projovem” - within the Social Assistance offers. Then, based on the experience of working in a Social Assistance facility, the objective is to present the possibilities of considering the uniqueness of each case in the care of adolescents in the context of basic social protection, based on an offer through collective care. An articulation of the concept of adolescence is also carried out, based on psychoanalysis, punctuating the different responses of the subjects to the impasses of adolescence. At the end, the “Janela da Escuta” device is presented as a break so that professionals who work with adolescents and their families can build a listening beyond the care and social project, weaving with the adolescent interventions that consider what is particular to their own case.

Keywords: Adolescence. Social assistance. Projovem. Coexistence and Bond Strengthening Service.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	10
2.1 Do coletivo ao singular .....	11
3 A ADOLESCÊNCIA ENQUANTO UM SINTOMA .....	14
3.1 As adolescências: novas respostas sintomáticas à puberdade.....	16
3.2 O declínio da função paterna .....	18
4 A FAMÍLIA ALÉM DO PAI E OFERTAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
5 A JANELA DA ESCUTA.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21

## 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se importante comunicar ao leitor a escolha de realizar esta escrita em primeira pessoa. A escrita deste artigo é produto de uma teorização e discussão sobre os efeitos do meu percurso na Especialização em Saúde do Adolescente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais em minha prática profissional. Uma escrita que tem como base perguntas advindas a partir dos impasses de minha prática profissional e elaborações possíveis a partir desta prática, por este motivo, me autorizei em realizá-la em nome próprio.

Ao se pensar nas particularidades do Estado brasileiro em que, estatisticamente, a maioria dos jovens negros são pobres e periféricos, percebo que, esse jovem, além de se deparar com a emergência de um real do corpo se depara com o olhar do outro. Um real que emerge diante do não saber fazer diante das modificações corporais e um olhar que o estigmatiza e o nomeia como destinado ao pior. A escuta singular do adolescente e o respeito às suas invenções para passar por essa delicada etapa de seu desenvolvimento sem desconsiderar os recortes sociais, raciais e econômicos faz-se necessária para uma atuação ética nas políticas públicas.

A desigualdade social no Brasil é marcada pela forma de desenvolvimento do país, calcada no racismo estrutural, que ainda hoje reflete nos índices de vulnerabilidade social e econômica da população negra do país. Almeida (2019) aponta a raça sendo um elemento essencialmente político utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de certos grupos populacionais como uma estratégia colonial para o avanço do capitalismo moderno. Essa é uma das principais marcas do racismo estrutural: o corpo matável foi selecionado, demarcado, foi lançado como a marca da diferença e isso reflete em como a dinâmica social brasileira foi se construindo ao longo dos anos.

Ao iniciar um percurso na política de Assistência Social em um equipamento de base territorial com atuação na proteção social básica, me deparei com alguns questionamentos acerca do acesso dos adolescentes a esta política pública. As ofertas da Assistência Social na proteção social básica partem da matricialidade sociofamiliar, contudo, é preciso localizar o adolescente nesta família e se atentar ao que ele quer dizer quando não aparece ou quando não adere a alguma oferta da Assistência Social. A partir deste olhar me surgem os questionamentos: Onde se localiza o adolescente na proteção social básica? Como acolher estes adolescentes com vistas a um atendimento que fomente a função protetiva de sua família?

A Assistência Social, enquanto política pública possui legislação específica e sua atuação é pautada em regras universais para garantia de que ela seja aplicada com direcionamento único nos diferentes pontos do território nacional. Entretanto, a partir da atuação em um equipamento da Assistência Social e já advertida de que nem todas as ofertas e protocolos institucionais funcionam para todos os jovens, parto da pergunta: como atuar a partir das normativas institucionais, sem destituir o lugar da política pública, contudo, considerando as construções singulares de cada jovem, assim como as escolhas, modos de vida e organização de cada grupo familiar?

A partir das indagações apresentadas, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre os impactos de uma prática que subverte a normativa, no sentido de abrir um espaço para que a singularidade do adolescente atendido apareça e direcione o seu atendimento dentro da política de Assistência Social. Para tanto, inicialmente, apresenta-se de maneira geral como se estrutura o SUAS - Sistema Único de Assistência Social - que define a estrutura da Assistência Social no Brasil sendo o Projovem Adolescente um dos programas dessa política pública. Posteriormente, busca-se apresentar o funcionamento geral do Projovem Adolescente articulando esse funcionamento a uma experiência prática de acolhimento desburocratizado dos adolescentes em um equipamento da Assistência Social.

Em um segundo momento objetiva-se localizar a adolescência a partir da psicanálise e pensar sobre diferentes respostas dos sujeitos diante dos impasses da adolescência. Diante disso, é possível articular fragmentos recolhidos na prática que já carregam em si pontos teóricos importantes para se pensar a adolescência dentro das normativas das políticas públicas. Mas, sem desconsiderar que a psicanálise torna possível a releitura das demandas que lhe são encaminhadas de acordo com as modificações estruturais da civilização atual na qual o enfraquecimento e até mesmo a queda dos ideais não são sem consequências sobre as amarrações sintomáticas dos adolescentes. Nessa perspectiva, o declínio da função paterna é apresentado com o objetivo de pensar as respostas adolescentes diante desta marca do contemporâneo.

Ao final, o dispositivo do Janela da Escuta é apresentado como um lugar onde profissionais das políticas públicas de atendimento ao adolescente podem ter uma pausa para pensar sobre os casos atendidos e onde há a transmissão de uma escuta em que o adolescente e suas famílias são o ponto central da construção do singular de cada caso.

## 2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição de 1988 elenca a Assistência Social como parte do tripé da seguridade social, juntamente com o Sistema Único de Saúde (SUS) e a previdência social. Entretanto, a Assistência Social tem a característica de ser destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, como é o caso da previdência social, e diferente do SUS, que tem caráter universal (BRASIL, 1988).

A organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garante ofertas visando a proteção de grupos mais vulneráveis às desproteções sociais e se estrutura a partir da perspectiva territorial. O grupo familiar, em suas diferentes configurações, está como ponto central da atuação desta política pública.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em seu Artigo 6º, estabelece que a assistência social dispõe de dois tipos de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial. Neste sentido, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o equipamento público municipal da política de assistência social presente nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade e risco social e que tem como função articular as ofertas dos serviços socioassistenciais no território em que se insere no âmbito da proteção social básica. Por proteção social básica entende-se: *“conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”* (LOAS, 1993, p. 14)

A proteção social básica é operacionalizada a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas em conjunto com os demais programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Diante disso, o PAIF tem função protetiva e atua de forma continuada no CRAS por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social com o intuito de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e comunitários e situações de violências e violações. Este serviço pode atuar tanto por meio de ações individuais quanto coletivas. (BRASIL, 2016)

O SCFV possui ações articuladas ao PAIF e seu objetivo é fortalecer vínculos familiares e comunitários. Os SCFV são grupos organizados a partir de uma mesma faixa etária e visam garantir proteções específicas para cada ciclo de vida. Este serviço tem seu funcionamento no espaço físico do CRAS ou em algum local estratégico do território. (BRASIL, 2016).

Um dos SCFV presentes em alguns CRAS é o Projovem adolescente, destinado a adolescentes de 15 a 17 anos, uma das modalidades do Projovem instituído pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem.

## **2.1 Do coletivo ao singular**

A partir deste ponto, será realizada a descrição da minha experiência enquanto referência técnica do Projovem em um CRAS de um município de Minas Gerais, a partir de uma aposta na singularidade. No município em questão o Projovem é de execução indireta, porém, tem suas responsabilidades e competências distribuídas entre a gestão municipal a nível da Assistência social, a entidade conveniada, a coordenação do CRAS e equipe técnica do PAIF.

A partir dos atendimentos particularizados e outras ações técnicas, os jovens são encaminhados para o serviço. Este encaminhamento se dá a partir da identificação de que alguma situação da dinâmica familiar pode culminar com enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários e conseqüente situação que agrava o contexto de vulnerabilidade social daquele jovem. Entretanto, o público prioritário para a inserção no serviço, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) são adolescentes e jovens nas seguintes situações: integrantes de famílias beneficiárias ou com perfil de renda elegível para programas de transferência de renda<sup>1</sup>; adolescentes e jovens com deficiência, principalmente os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>2</sup>; egressos de medida socioeducativa ou medida de proteção – de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente; inseridos no

---

<sup>1</sup> Transferência e renda é a garantia de uma renda mínima para a sobrevivência das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com vistas ao fomento da autonomia e superação as vulnerabilidades ocasionadas pela ausência ou insuficiência de renda. (PNAS, 2005)

<sup>2</sup> O BCP é previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e no Estatuto do Idoso. É um benefício gerido pelo Governo Federal e consiste na garantia de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência na situação em que próprio ou sua família, comprovadamente não possuem meios para garantir sua subsistência. (PNAS, 2005)

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual e evasão escolar.

Um ponto a se destacar é que cada grupo de adolescentes inseridos em um CRAS é chamado de coletivo. Cada coletivo do Projovem é o conjunto de seus participantes e das ações executadas pelo SCFV diretamente junto aos jovens no CRAS em que se insere.

Os encontros do grupo são realizados de segunda a sexta-feira possuem a duração média de 2h. As atividades do trimestre são planejadas junto com os jovens que escolhem as temáticas e os formatos das atividades de socioeducação que podem ser oficinas, roda de conversa, ações comunitárias, cursos, workshop, visitas monitoradas, eventos comunitários, festivais ou passeios. A estrutura deste SCFV conta com arte-educadores que desenvolvem algumas atividades específicas com os jovens e com um orientador social que é a figura que acompanha todo o percurso dos jovens no serviço.

Nesse contexto, a referência técnica do serviço tem a função de articulação do PAIF com as ações do SCFV. Isso se dá a partir da discussão dos casos com a orientação social, compartilhamento dos casos com a rede e acompanhamento dos jovens e suas famílias por meio de atividades particularizadas ou coletivas.

A proteção social básica possui suas diretrizes de atuação no trabalho social com famílias e é pautada por protocolos específicos, enquanto metodologia de uma política pública. Entretanto, tomando a adolescência enquanto uma resposta singular para cada sujeito, foi preciso pensar em estratégias para uma atuação que considerasse essa singularidade sem criar um embate institucional.

Em um primeiro momento, a aposta foi na desburocratização do acesso do adolescente às outras ofertas do equipamento, para tanto, definiu-se junto ao grupo que qualquer jovem do serviço poderia acessar a referência técnica quando necessário, sem agendamento prévio, ou seja, cada um a seu tempo.

Em uma discussão de casos, a orientadora social do Projovem compartilha que o jovem B., tem chegado aos encontros do grupo com escarificações, humor muito deprimido, sempre com muita fome e com relato de que iria retornar ao tráfico de drogas devido à falta de alimentos

em casa. Antes de qualquer intervenção da equipe do PAIF com o jovem B. ele me avista, como referência técnica do Projovem, e me diz: *“preciso muito conversar com você, é urgente!”* A partir daí, o acompanhamento do jovem se seguiu de acordo com o seu tempo, quando demandava atendimento. Após alguns meses de atendimentos quase semanais, construímos juntos um meio de acesso à documentação civil, atualização cadastral do cadastro único<sup>3</sup> - o que possibilitou o acesso da família ao PBF - e a inserção do jovem em um programa de jovem aprendiz. Foi possível também promover o acesso do jovem em outras políticas públicas a partir do compartilhamento do caso com a rede e do vínculo estabelecido durante o acompanhamento familiar desburocratizado. A particularidade deste caso se dava também, pelo difícil acesso a responsável familiar que sempre foi muito desconfiada do serviço e com postura persecutória em relação ao mesmo. A partir dos atendimentos com B. o PAIF também pode se aproximar dos outros membros da família, como sua irmã mais velha e sua própria mãe que conseguiu acessar o serviço com um pouco menos de desconfiança.

A minha presença enquanto referência técnica se apresenta como um elemento que está fora e ao mesmo tempo dentro do serviço e que marca uma importante diferença, quando se oferta a escuta e não apenas um protocolo de benefícios assistenciais. Esta escuta singulariza o adolescente e torna possível a construção de algo próprio, mesmo que fazendo uso das ofertas assistenciais. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos enquanto uma oferta universal, ou seja, para todos e a escuta enquanto possibilidade de uma construção singular para cada um em seu percurso no âmbito da proteção social básica. Nessa perspectiva, destaca-se que há uma passagem da compreensão da adolescência do campo do universal, do discurso social e/ou jurídico para o campo do singular, no qual a adolescência de cada jovem se inscreve como um sintoma singular. E, um dos aspectos desse trabalho é demonstrar como a partir do exercício de uma política pública é possível construir um projeto único para cada adolescente.

---

<sup>3</sup> O cadastro único é utilizado para identificar as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Este cadastro é a base para implementação de políticas públicas e acesso a programas e benefícios sociais. Podem se inscrever no Cadastro Único famílias que possuem renda mensal total de até 3 salários mínimos ou até meio salário mínimo por pessoa. As Famílias com renda maior que três salários mínimos podem se cadastrar caso o objetivo seja a inclusão em programas sociais em qualquer das três esferas do governo. (BRASIL, 2019)

### 3 A ADOLESCÊNCIA ENQUANTO UM SINTOMA

A perspectiva introduzida pela psicanálise da adolescência como sintoma, inscreve esse momento para além do tempo cronológico estabelecido pelo Projovem adolescente que possui um recorte etário dos 15 aos 17 anos. Muitas vezes nos deparamos com algum jovem que atinge os 18 anos, mas que o seu percurso no serviço de convivência ainda não foi encerrado. Mesmo atingindo a maioridade legal, o grupo faz certa função para alguns jovens que apresentam impasses relacionados a adolescência mesmo após atingirem o marco temporal da oferta assistencial.

Sendo assim, a adolescência, conceituada pela perspectiva social, diz de aspectos gerais de determinada faixa etária e muitas vezes tem marcos cronológicos para determinar o seu início e seu fim. No Brasil, o marco legal no que se refere a garantia de direitos da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – delimita cronologicamente como adolescência o período de 12 aos 18 anos de idade (incompletos) e, em alguns casos, esse período se estende aos 21 anos de idade. (BRASIL, 1990).

Na contramão, dessa direção a adolescência não é em si um conceito psicanalítico, mas a definição de puberdade nos possibilita pensar na subjetividade do sujeito adolescente. Freud utiliza o termo puberdade em “Os três ensaios sobre a sexualidade” quando trata sobre o *“laço com a sexuação, com a escolha de posição e a escolha de objeto, mas também com suas consequências sobre a estrutura mesma”* (STEVENS, 2004, p. 27).

Nesse sentido, a psicanálise, em sua ética, não opera a partir dos recortes temporais do discurso jurídico ou dos marcos das políticas públicas e sim a partir de uma aposta no inconsciente. Sobre o inconsciente, Freud (1915), pontua seu caráter atemporal e afirma que os processos do sistema inconsciente não seguem a cronologia do tempo.

A adolescência, em sua dimensão cronológica, se apresenta como um norteador para as políticas públicas e ao mesmo tempo como um impasse para que se possa operar a partir do caso-a-caso. Em contraponto a esse caráter temporal da adolescência, Stevens (2004) define a adolescência como sintoma da puberdade, ou seja, ela se apresenta como a resposta sintomática do sujeito frente a um real que surge. Para corroborar a sua sentença, o autor, assume, ainda segundo

Freud, que as respostas sintomáticas do sujeito estão presentes desde a tenra infância, porém, podem ser parcialmente modificadas mais tarde.

A criança se depara com algo que desconhece e surge em seu corpo e modifica a sua imagem, ou seja, o púbere se angustia com a imagem corporal que desconhece e o sintoma da adolescência vem como forma de reconhecer novamente sua própria imagem. Neste sentido, a adolescência emerge para o sujeito como um trauma que é reatualizado pelas modificações de seu corpo (STEVENS, 2004).

A modo de exemplo, o caso da jovem F, irmã de B, em certa ocasião, chega ao equipamento por volta do horário do almoço. Ela acaba de completar 18 anos e me conta que não tem nenhum documento além de sua certidão de nascimento e me pede ajuda para regularizar a sua situação. Porém, F. precisa ser rápida no atendimento, pois, a mãe só a deixa sair de casa para estudar e para ir à igreja. F. completa 18 anos, e começa a se perguntar sobre o limite do controle que sua mãe tem sobre ela e sobre como se posicionar diante disso. No que se refere ao insuportável da proximidade familiar, em um atendimento, F. me conta que não aguenta mais o modo com que é tratada por sua mãe, pois, segundo ela, a mãe se incomoda quando ela se arruma, a prende em casa, além de não consentir que ela faça coisas importantes, como, por exemplo, sua documentação civil.

Após alguns meses do primeiro atendimento de F. ela me conta que saiu da casa de sua mãe e foi viver com sua vizinha após uma grave discussão com a mãe como consequência por sair sem sua permissão. Sua vizinha, a qual agora também chama de mãe, adverte a mãe biológica de F. dizendo que não pode mais tratar a filha de maneira agressiva e a convida para viver com ela e sua família. Com ajuda desta vizinha F. consegue um emprego formal passa a ter a função de mediar a relação entre a mãe e os dois irmãos mais novos que permanecem vivendo com a mãe. Sendo assim, F. aponta que, a seu tempo, vai construindo a sua própria maneira, a saída da adolescência construção que não se encerra quando ela completa a maioridade legal, ao contrário, inicia-se a partir deste marco cronológico.

O caso da jovem F. nos demonstra que a dimensão do Real aparece na falha da fantasia na adolescência, a partir da concepção da fantasia como uma janela que media a relação do sujeito com o outro, isto é, a maneira que o sujeito vê o mundo e interage com o outro. Neste ponto, o imaginário e o simbólico claudicam, uma vez que a imagem corporal do sujeito muda e é preciso

reorganizar esta imagem. Há ainda uma falha no simbólico, uma vez que é preciso que haja uma separação entre o adolescente e seus pais simbólicos.

Nessa perspectiva, quando F. relata o insuportável que a relação materna a remete, evidencia-se algo que eclode do Real como *Tiké*, como um encontro com algo ainda não simbolizado pela fantasia. Stevens propõe sobre o real da puberdade *“é a irrupção de um órgão marcado pelo discurso na ausência de um saber sobre o sexo, na ausência de um saber sobre o que se pode fazer em face do outro sexo. Resta, então, a cada um inventar sua própria resposta* (STEVENS, 2004, p. 35).

Inicialmente, na adolescência o real se articula onde há uma divergência da imagem e da identificação simbólica. Nesse sentido, há uma tentativa de separação do outro familiar, a partir da constatação de que este outro não consegue responder sobre o que irrompe no corpo adolescente e ainda não tem simbolização. (STEVENS, 2004). É o que se verifica no caso da jovem F. As mudanças corporais do adolescente surgem concomitantemente com mudanças em seu ambiente familiar o que faz com que ela busque uma referência imaginária através do outro, além do familiar.

### **3.1 As adolescências: novas respostas sintomáticas à puberdade**

Stevens (2004) apresenta uma série de respostas sintomáticas apresentadas pelos sujeitos adolescentes frente ao Real da puberdade. O autor adverte que não pretende apresentar todas as respostas possíveis da adolescência frente a irrupção do real, contudo, tenta pontuar algumas destas respostas no campo das neuroses.

Stevens (2004) a partir de Miller, conceitua que o sintoma é uma resposta possível para inexistência da relação sexual. É o modo com que o sujeito articula a sua relação com o outro e com o seu gozo a partir da emergência de um real não passível de simbolização a priori. A partir das definições de Real encontrados na obra de Lacan, Stevens conceitua o Real do qual se trata a puberdade. Para o autor, o Real está presente no órgão que é atravessado pelo discurso e surge como a emergência de um novo para o qual o sujeito não tem uma resposta pronta. A adolescência, seria, portanto, marcada pela falha do saber sobre este Real.

Ele cita as respostas em relação ao saber que vão desde de um debruçar do sujeito adolescente a atividade da pesquisa e estudos, até o rechaço ao saber. Um saber com vistas à problemática da não relação sexual. Alguns irão buscar este saber fazer com o sexo através da atividade intelectual e outros, que até então eram bons estudantes, irão divergir dela, uma vez que ela não foi capaz de responder à pergunta sobre o que fazer com o vazio da não relação sexual.

As respostas que estão do lado das identificações que se referem ao estabelecimento de identificações imaginárias ou simbólicas, é o que embasa o grupo de adolescentes. É o real que se apresenta no corpo e na operação de separação do outro. É a forma com que esses sujeitos encontram de tratar a separação simbólica dos pais e a estranheza com o próprio corpo.

Outra série de respostas apresentadas por Stevens tem sua origem em relação à falha da fantasia. Considerando a fantasia enquanto um anteparo para a angústia, quando esta falha, o sujeito adolescente se depara com o insuportável do real o que o leva ao *acting-out* ou a passagem ao ato. Nesse sentido, sobre o *acting out*, Miller (2014) versa que diferentemente da passagem ao ato o *acting out* é endereçado ao olhar do Outro, ou seja, funciona como uma convocação. Já a passagem ao ato é marcada pela ausência do sujeito. O sujeito sai da cena que se apresenta.

Neste ponto, cabe diferenciar por meio de um exemplo a passagem ao ato de *acting out*. O que chamou atenção da orientação social para a urgência do caso de B. foram as escarificações. Neste sentido, as escarificações do jovem podem ser consideradas um apelo ao outro para a sua situação naquele momento, um *acting out*, uma vez que inclui o outro na tentativa de alguma solução. Na passagem ao ato não há uma inclusão do outro, mas sim uma tentativa de separação.

A toxicomania, segundo o Stevens, seria uma resposta fora do sexo. Uma resposta que exclui a relação com o outro, em que o sujeito goza fora do laço social. Além disso, concomitantemente, também é uma solução do lado das identificações, pois, de algum modo, nomeia o sujeito adolescente.

No caso B. o adolescente responde à puberdade de alguns modos, tentativas sintomáticas para se localizar diante do encontro com o Real que lhe atravessa. Inicialmente, evade da instituição escolar e se identifica com o crime, como se em uma escolha: o saber formal ou o crime. No caso B. o uso de drogas também aparece como forma de se identificar com o tráfico e como uma maneira de ter uma nomeação, um lugar diante do desejo do outro. Entretanto, após uma

intervenção materna, se vincula a escola novamente e, concomitantemente, ao Projovem. A identificação com outros jovens não pela via do pior. Neste caso, houve uma abertura para construções diferentes que não fosse o que era ofertado pela criminalidade.

Não se pretende fazer um processo de análise com cada usuário atendido pelo equipamento territorial da política de assistência social. Contudo, é preciso que cada usuário possa fazer uso das ofertas da assistência a seu modo e isso só é possível com a abertura para a escuta do que é particular de cada caso. No caso B, foi preciso a identificação com um grupo de jovens para que ele pudesse se localizar de outra forma que não fosse pela via do pior e a partir disso foi possível que B. acessasse outras ofertas da assistência social e outras políticas públicas, como saúde, educação e trabalho protegido.

### **3.2 O declínio da função paterna**

Ao apontar a solução do pai enquanto sintoma, Stevens (2004), cita a questão do declínio da função paterna e a conseqüente pluralização do nome do pai. Diante disso, ressalta que na sociedade atual, é mais difícil para os sujeitos ter o pai como resposta sintomática, uma vez que há um declínio desta função pelas próprias características do contemporâneo.

Heinemann e Chatelard (2012), discorrem sobre a constatação de que a família não tem mais a centralidade no modelo patriarcal da lei, mas assume diversas formas e constituições. Neste sentido, a figura do pai enquanto lei soberana não é mais a regra na sociedade contemporânea. Deste modo, a função paterna, aos moldes do que foi estabelecido por Freud, sofreu um declínio.

Stevens (2004), se atenta de que com o declínio da função paterna é mais difícil encontrar e reconhecer o lugar de exceção para o sujeito, já que a exceção representada pelo pai foi pulverizada. Cita também o efeito devastador da segregação provocada pelo apagamento da exceção que a partir da premissa do, “todos iguais”, rechaça o diferente.

Por fim, Stevens (2004) cita o fundamentalismo como uma resposta ao declínio da função paterna. A adesão dos jovens ao fundamentalismo como uma forma de restituição da função paterna. Neste caso, o pai aparece como aquele que pode tudo, que não tem limites.

#### **4 A FAMÍLIA ALÉM DO PAI E OFERTAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

No texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a matricialidade sociofamiliar é destacada como um dos eixos estruturantes desta política pública. Neste sentido, a família é considerada como um primeiro espaço de proteção e socialização, além de assumir o papel de mediadora dos laços estabelecidos entre o público e o privado na socialização de seus membros.

A PNAS (2004) também considera as mudanças estruturantes da sociedade brasileira, assim como as particularidades de cada composição familiar para o planejamento das ações da Assistência Social. Por este motivo, a Assistência Social no Brasil conta com legislações específicas que garantem a proteção para faixas-etárias vulneráveis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, com vistas à proteção integral à família pelo Estado.

A partir do que é descrito no escopo da PNAS (2004) sobre a importância da centralidade da família nas ações da Assistência é possível perceber um contraponto. A política pública possui ofertas específicas, entretanto, as famílias apresentam modos de funcionamento distintos e muitas vezes o protocolo e as normativas tentam encaixar as famílias neste cardápio de ofertas.

A política pública considera a multiplicidade das formações familiares, entretanto, há um hiato, entre o prescrito e o que é possível no trabalho com essas famílias e com o que cada membro tem de singular. Isto porque, as ofertas são limitadas e é preciso ter espaço para as exceções. As ofertas da proteção social básica são ofertas que privilegiam o caráter coletivo, entretanto, é preciso haver espaço para recolher como cada um se serve do que é ofertado.

## 5 A JANELA DA ESCUTA

O meu encontro com o ambulatório “A Janela da Escuta” se deu no momento da minha transição entre uma atuação em uma Unidade Prisional porta de entrada do sistema, onde eu recebia para atendimento jovens em sua maioria de 18 a 24 anos que tiveram a adolescência marcada pela violência, e o início de um percurso profissional na política de Assistência Social.

Estar no lugar de técnico de uma política pública, é estar constantemente atento aos impactos das mudanças da estrutura social sobre o trabalho executado nos equipamentos que atuam diretamente e cotidianamente com os usuários desta política. Ao mesmo tempo, a política pública precisa se pautar nas normativas para ter a abrangência de suas ofertas. Entretanto, em alguns momentos, devido ao excesso de normativas, burocracias e a própria rotina do trabalho faz com que a equipe não se atente ao que cada caso tem de singular. Isto tem como consequência ofertas a partir de um ideal de bem-estar da equipe em detrimento do saber da família e de seus membros sobre o seu próprio funcionamento.

A Janela da Escuta é um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e está inserido no Ambulatório de Saúde do Adolescente do Hospital das Clínicas. A metodologia de trabalho da Janela da Escuta é marcada pela interdisciplinaridade e a construção do caso clínico. Além da equipe do próprio ambulatório, profissionais das diferentes políticas públicas que atendem o adolescente são convidados para a construção dos casos dos adolescentes ali atendidos. (CUNHA, 2017). Este dispositivo está inserido na saúde, porém, funciona como um lugar que não é regido pelos mesmos protocolos institucionais das outras políticas que atendem o adolescente. É um lugar onde o profissional pode estabelecer uma pausa para escutar o que emerge dos casos.

Neste sentido, a metodologia do Janela da Escuta transmite para os técnicos das políticas públicas o acolhimento do saber do adolescente e de suas famílias como norteador do trabalho técnico na condução dos casos. Com isso, o adolescente passa a ter uma Janela da Escuta também através das políticas públicas que o atendem em seu território.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do profissional na Assistência Social, assim como em qualquer outra política pública, requer uma constante reflexão sobre a prática para que este fazer não se torne uma repetição ou uma resposta às normativas e aos números institucionais. A equipe técnica de um equipamento da proteção social básica da Assistência Social é composta por psicólogos e assistentes sociais que precisam estar atentos a uma atuação pautada nas normativas das políticas de Assistência Social, sobretudo para uma atuação ética, que diverge dos antigos moldes assistencialistas vigentes antes da estruturação desta política.

O que se apresenta neste trabalho não é uma crítica às normativas ou protocolos institucionais, mas uma reflexão sobre como uma atuação pode se servir destas normativas sem desconsiderar o que há de singular em cada narrativa acolhida no trabalho social com famílias. A não adesão de alguns jovens e algumas famílias às ofertas da Assistência Social também são respostas que precisam de um lugar de escuta e reflexão por parte da equipe. Nem todas as ofertas são para todos e a equipe precisa suportar que o outro tem um saber sobre si e sobre o seu modo de viver.

Nesta perspectiva, espaços de discussão e reflexão sobre a prática são fundamentais para estabelecer um intervalo, em que cada profissional se depara de maneira singular com os pontos que atravessam a sua prática. O encontro com o dispositivo Janela da Escuta foi o ponto de pausa para que, a partir da psicanálise, me permitisse construir uma escuta além do projeto assistencial e social, tecendo juntamente com o adolescente intervenções que não desconsiderem o que há de particular no seu caso. Neste sentido, a psicanálise, norteia um modo de conceber a adolescência e de dar lugar a palavra de sujeitos marcados por uma dinâmica de apagamento e silenciamento sistemáticos.

Em muitos momentos, em uma política pública, nos perdemos em meio a série de protocolos, demandas e um ritmo intenso de trabalho, sendo assim, falta tempo para os questionamentos e para que se recolham os efeitos deste trabalho. Esta escrita é um testemunho dos efeitos desta despecialização em saúde do adolescente e do meu encontro com o dispositivo Janela da Escuta para a minha prática profissional. Desespecialização porque em busca de saber mais me deparei com o vazio de nada saber sobre os jovens que atendo, pois, são eles que sabem e dizem sobre si. O maior aprendizado nesses quase três anos de percurso foi perder o medo de acolher o adolescente. O adolescente só vai ter adesão onde se sentir acolhido em sua singularidade, seja

qual for o equipamento. É preciso dar lugar a demanda que o adolescente apresenta e dar lugar não significa responder, e é preciso suportar não responder e não saber o que fazer imediatamente com o que nos é demandado. As portas e as janelas precisam permanecer abertas, visto que o equipamento que primeiro acolhe o adolescente pode não ser o que irá acompanhá-lo, mas esse primeiro lugar que ele escolhe para endereçar a sua demanda é a porta de entrada para dar dignidade a sua palavra e tornar possível algum tipo de intervenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Polén, 2019.

BRASIL. **Cadastro Único**. Brasília, MDS: 2019. Publicado em 13/12/2019. Atualizado em 22/12/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>. Acesso em: 15 de Julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cartilha\\_paif\\_2511.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf). Acesso em : 25 de Julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 de Fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 25 de Julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm) . Acesso em: 25 de Julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica de Assistência Social**: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 14 de Fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília, MDS: 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em : 25 de Julho de 2021.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução do CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014). Brasília, MDS: 2014. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 25 de Julho de 2021.

CUNHA, C.F. **A janela e a cidade:** clínica contra segregação. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES CRIATIVAS, 2017, Porto, Portugal. Actas Icono 14. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/observaped/wp-content/uploads/sites/37/2017/01/a-janela-e-a-cidade-observaped-30-01-2017.pdf>. Acesso em: 25 de Julho de 2021.

FREUD, S. **O Inconsciente.** In: Edição Standard Brasileira das Obras Completa de Sigmund Freud. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, p. 165-222.

HEINEMANN, G. B. B; CHATELARD, D. S. Concepção atual de família: do declínio da função paterna aos novos sintomas. **Rev.Mal-Estar Subj**, Fortaleza , v. 12, n. 3-4, p. 639-662, dez. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482012000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 de Julho de 2021.

MILLER, J.A. Jacques Lacan: observações sobre o seu conceito de passagem ao ato. **Opção Lacaniana on-line**, ano 5, n.13, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.opcaolacaniana.com.br/nranterior/numero13/texto1.html>>. Acesso em: 25 de Julho de 2021.

STEVENS, A. **Adolescência como sintoma da puberdade.** Clínica do contemporâneo. Curinga, Belo Horizonte, n.20, p.27-39, 2004.